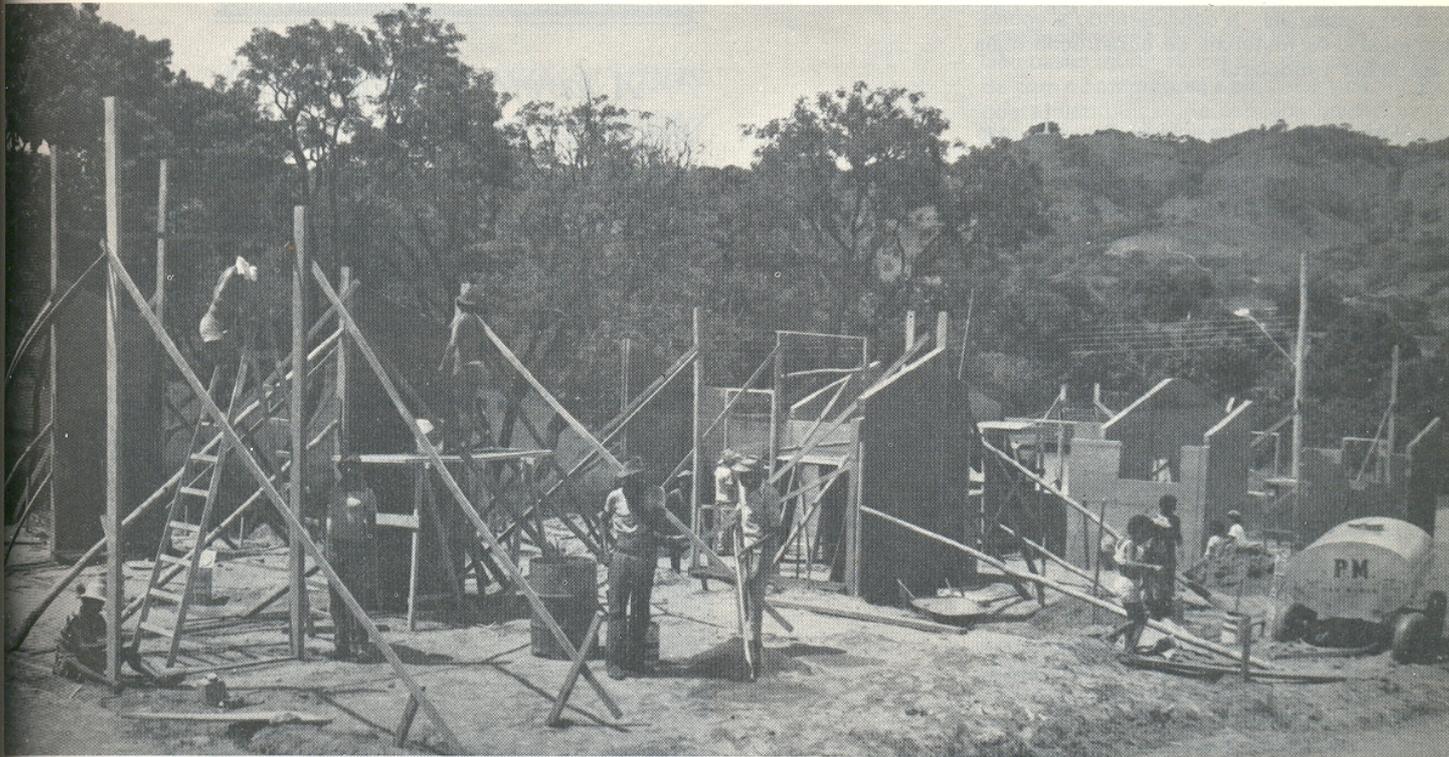


Em São Simão, um exemplo que pode orientar os sem-casas

Depoimento
de Mauro de Castro Freitas
a Nildo Carlos Oliveira



Havia uma área já disponível, da prefeitura, de 20 000 m². E havia dezoito famílias tão pobres, que não poderiam ser enquadradas em nenhuma das faixas do BNH. Elas não tinham como enfrentar as dívidas que construções tipo Cohab, Nosso Teto ou Pró-Morar representariam. Além disso, estavam de tal modo marginalizadas, que a comunidade local teria dificuldade em assimilá-las. Nesse quadro, como resolver o problema dessas famílias? Expulsá-las de um centenário galpão de granja, deteriorado pelo tempo e pela falta de serventia, onde elas viviam encortiçadas, sem nenhuma infra-estrutura, há quinze anos? E, expulsas, para onde iriam?

A situação se tornava ainda mais grave, vez que acontecia num pequeno município, São Simão, SP, com 14 000 habitantes, 8 000 dos quais morando na área urbana. A solução inicial teve um caráter de emergência. Ou de sobrevivência. A proposta, articulada pelo arquiteto Mauro de Castro Freitas, vislumbrou a possibilidade de mexer não apenas no viver cotidiano dessas pessoas, mas de abrir-lhes um espaço na consciência por onde pudesse entrar uma réstia de sol. Teria de ser mostrado que elas, juntas, somariam força. E se organizaram. Neste depoimento, a história do arquiteto, da prefeitura e daquelas famílias. E da técnica de construção, em solo-cimento, da qual elas se apropriaram para deixar o cortiço e começar a viver. Hoje o plano possível de urbanização prevê a alocação de até 62 famílias.

Nosso trabalho começou a partir de uma realidade muito grave. Dezoito famílias estavam vivendo em condições absolutamente subumanas, no galpão de granja transformado em cortiço onde não havia água, esgoto e iluminação.

A primeira vista tínhamos pela frente um problema quase sem solução, dentro de uma cidade pequena. E a situação social dessas famílias vinha se agravando, dia a dia.

Quando passamos a examinar essa realidade, decidimos fazer ao prefeito de São Simão, Samir Geraigire, uma proposta que poderia estar inserida numa perspectiva socialista. A proposta era no sentido de se organizar um mutirão onde houvesse gradativo processo de partici-

pação dessas famílias e de outras mais que viessem ou quisessem se engajar no trabalho: colocar em prática um projeto que denominamos de Projeto Conjunto Habitacional São Luís.

Contratado pela prefeitura, pude coordenar uma equipe técnica formada por outro arquiteto, Augusto Valeri, um engenheiro civil, Luís Alessi, estagiários de escola de arquitetura, uma coordenadora na área social, uma assistente social e estagiários também na área social. A prefeitura forneceu o local para a construção das casas para as quais as famílias seriam transferidas. Ele se situa nas proximidades do antigo galpão de granja, perto do cemitério do município.

O começo foi problemático, pois não se tratava de chegar ali e fazer habitações. Isso contrariaria o espírito de nossa proposta, que vivava uma discussão permanente, junto à população, sobre a melhor maneira de construir as casas. Além disso, a tarefa inicial era fazer com que essas famílias saíssem de uma apatia aparentemente secular e começassem a viver, a se organizar coletivamente. E isso só aconteceria na medida em que elas pudessem debater coisas práticas, que dissessem respeito a alguma perspectiva de sobrevivência. Assim passamos a conduzir as discussões para o projeto propriamente dito: se as famílias gostariam de viver em casa isolada, geminada, térrea ou sobrados.

Sabíamos que a habitação era a emergência e que o pano de fundo - talvez o fato mais importante - estaria no processo de conscientização, de organização coletiva, sem o que seriam impossíveis outras conquistas.

Assembléias, reuniões foram etapas do processo. Discutimos com líderes da comunidade e conseguimos a participação de outros segmentos da sociedade de São Simão: a igreja e clubes de serviços. E houve a participação de representante da Caixa Econômica do Estado. Ao final, adquiriu-se a consciência de que o problema não era apenas das dezoito famílias, mas do conjunto da comunidade. Então as coisas puderam andar mais fáceis.

Fixamos uma prática possível. Estava claro que equipe técnica e pessoas diretamente envolvidas não poderiam pensar em sistema construtivo hermético, fechado. Teria de ser construído um tipo de casa com um sistema que não exigisse mão-de-obra especializada e do qual os moradores pudessem se apropriar. Nessas circunstâncias procuramos, dentro das possi-

bilidades regionais - e considerando a economia local -, os materiais de construção mais adequados à proposta.

São Simão é uma cidade notável. Pequena, mas notável. Ela está situada muito perto do grande parque ceramista de Tambaú. Ali são produzidas telhas francesas, tijolos cerâmicos etc. Analisamos a possibilidade, então, de construirmos as casas com tijolos cerâmicos ou com blocos de cimento. A prefeitura possuía uma pequena fábrica de cimento. Mas levamos em conta a questão de custo, a situação aflitiva das famílias, que não dispunham de qualquer dinheiro, e a técnica que fosse mais rapidamente assimilável. Sugerimos o solo-cimento, considerando a experiência do Ceped, na Bahia, que desde 1976 vem desenvolvendo, com êxito, uma série de pesquisas do material, aplicado em habitação popular. E vimos também o exemplo de Pindamonhangaba, SP, onde a prefeitura constrói casas em solo-cimento para seus funcionários. Nossa equipe técnica viabilizou, de pronto, o emprego do material.

Depois disso partimos para a busca de apoio tecnológico. Houve uma participação muito íntima, muito enriquecedora, da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), que deslocou para São Simão uma equipe de técnicos que realizaram pesquisas nas regiões próximas ao local cedido pela prefeitura para a construção do conjunto. Para felicidade nossa, havia ali uma jazida de solo de características julgadas excelentes. Isso consolidou estudos que vínhamos realizando, segundo os quais o solo-cimento, para a construção de habitação popular, no interior, perto de áreas rurais, é tecnologia absolutamente viável. Tanto assim, que o custo final de casas feitas com esse material fica 42% mais barato do que o custo de habitação, do mesmo tipo, feita com alvenaria convencional, de tijolo baiano.

Não há nenhum segredo em construir com solo-cimento. Utiliza-se, na composição do material, terra propriamente dita, cimento e água. A compactação é manual. Coloca-se a mistura em fôrmas de madeira e a desforma é imediata. No processo de cura, os painéis são mantidos úmidos por oito dias, até que o material adquira a resistência à compressão calculada. E após a desforma procede-se à regularização da superfície com desempenadeira de madeira, para eliminar marcas de fôrma e calafetação dos furos dos parafusos. A fixação do traço é determinada através de ensaios, em função da resistência necessária à compressão. E nos ensaios são observados: o teor de cimento em massa; a massa específica, aparente, seca; a umidade ótima e a resistência média à compressão simples.

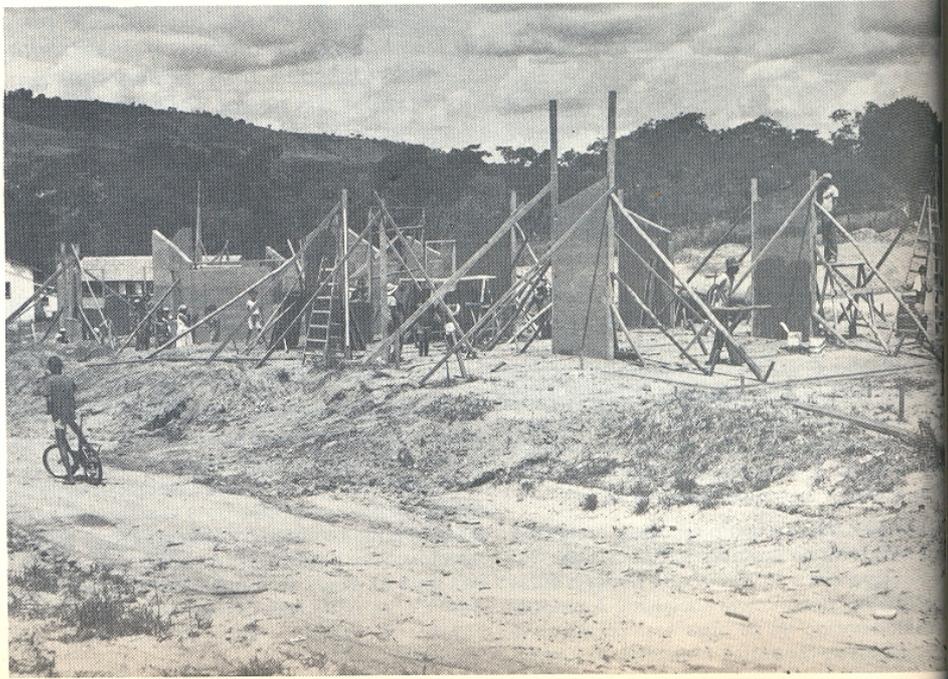
O fato é que a jazida nos propiciou um produto com características mecânicas de resistência muito boas, da ordem de 42 kg/cm². Caso amanhã alguém queira colocar uma laje de ferro nas casas feitas com o material, não haverá dificuldades. Elas têm excelente capacidade de suporte.

Com o solo-cimento à mão, começamos a organizar o trabalho a partir de treinamento de lí-

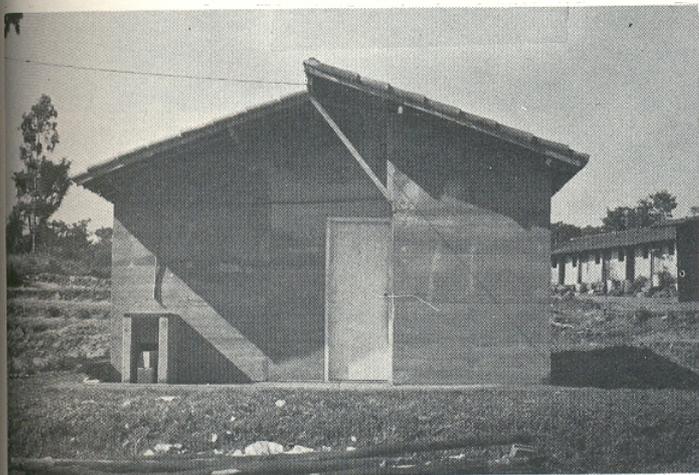
A tarefa inicial era despertar aquelas famílias de uma apatia secular. O fato mais importante era mexer na consciência das pessoas, organizá-las.

O antigo galpão de granja, em processo de demolição.

Os moradores levantam suas casas construídas em solo-cimento.



O mutirão é válido, mas a partir de uma proposta básica, do princípio da mobilização popular. Ele deve atuar despertando a consciência coletiva.



A casa é singela mas tem suporte para eventual laje de forro, no futuro.

O protótipo da casa feita em solo-cimento. O ponto de partida para as demais habitações.



deres de futuras equipes de serviços. Para mostrar como o trabalho poderia avançar, fizemos um protótipo. A primeira casa foi iniciada em dezembro de 1984 e concluída no dia 4 de janeiro de 1985, isto é, em apenas 21 dias de trabalho.

Hoje a situação está assim: concluímos a primeira etapa da construção do conjunto do Projeto São Luís. Essa primeira etapa corresponde a 22 casas feitas em oito meses, com serviços realizados exclusivamente em fins de semana.

E já iniciamos a segunda fase, quando construiremos mais quarenta unidades. Assim, resolveremos o problema de emergência das famílias encortçadas e já preenchemos mais quarenta inscrições.

Importante assinalar, neste depoimento, que tivemos o apoio da Companhia de Desenvolvimento Habitacional de São Paulo (CDH), expresso em financiamento de materiais de construção da ordem de 110 UPCs por unidade, e que a prefeitura de São Simão se responsabili-

zou pelo pagamento da equipe técnica, do mestre-de-obras e de dois pedreiros.

São casas muito simples. A planta foi discutida com os moradores e eles mesmos acharam que a distribuição de espaços deveria prever área mínima, a fim de que, em futuro próximo, a habitação seja ampliada. Ela é basicamente constituída de um dormitório grande, que pode ser subdividido, um ambiente de estar e cozinha e sanitário, somando 32 m².

O Projeto São Luís é um exemplo. Eu e a equipe que trabalhamos nesse projeto acreditamos que o mutirão, como proposta básica, deve partir do princípio da mobilização popular. No caso de São Simão, ainda houve um processo de tutela da prefeitura. Mas constitui um primeiro passo com vistas à possibilidade de mobilizar, de organizar uma comunidade que se encontrava completamente marginalizada e sem qualquer expectativa de vivência organizada. Coloco o trabalho em mutirão como o despertar de consciência coletiva. E mais: vejo nesse tipo de trabalho a oportunidade, sempre vislumbrada pelos arquitetos comprometidos com a evolução do povo, de colocar em prática um ideário voltado para a habitação, que não é apenas uma questão de técnica ou de economia, mas uma questão nitidamente social.

Construir assim é muito diferente de construir conjuntos de cem, duzentas casas tipo Cohab, ou blocos de apartamentos, onde de repente famílias estão convivendo sem nenhum laço efetivo que as una. Por isso, o mutirão assim praticado converte-se num fator de socialização, que favorece a discussão em grupo dos interessados em torno daquilo que está sendo feito por eles e para eles. Nesse contexto vemos que a questão da habitação deve caminhar no sentido de uma mobilização dos sem-casas. Estes precisam se reunir em instituições legalmente constituídas para lutar por seus direitos, adquirindo terrenos que sejam os mais convenientes, para a construção de suas habitações. Imaginamos que a casa não deve ser o objetivo final. O objetivo final é o despertar dessa consciência coletiva. Quando isso acontecer, a situação do problema habitacional do país certamente vai mudar. O esquema que atualmente o BNH continua a oferecer representa tão-somente um bom negócio. Não fora assim, as grandes construtoras não estariam interessadas nele.

Outra coisa: acredito que a industrialização da construção pode ser popularizada. O exemplo de São Simão é ilustrativo. Afinal de contas, não é difícil obter o solo-cimento. Ele está por aí. Já foi empregado em múltiplas construções, desde 1946. Manaus tem até um hospital construído com esse material. O importante é que a população interessada se aproprie da tecnologia. Hoje o Projeto São Luís é objeto de curiosidade em todo o país. Temos recebido visitas de técnicos do Rio Grande do Sul, Piauí, Bahia e acho que isso é positivo, pois este é um trabalho, resultante da mobilização popular, que mostra os primeiros frutos. Quem quiser que venha conferir.

Mauro de Castro Fréitas, de quarenta anos, formou-se arquiteto em 1970 pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Mantém escritório em Ribeirão Preto, SP, e foi contratado pela prefeitura de São Simão para conduzir a proposta destinada à construção de casas populares com o uso de solo-cimento.